

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

IMPLICAÇÕES DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE DO TRABALHADOR INFANTIL¹

Aline Madia Mantovani²

Renata Maria Coimbra Libório³

RESUMO

A pesquisa relatada neste artigo discute as implicações para a saúde que o trabalho pode acarretar às crianças e adolescentes trabalhadores e objetiva caracterizar esta inserção nas modalidades doméstico e informal urbano/rural. Os dados apresentados baseiam-se em uma pesquisa realizada com 702 crianças e adolescentes, entre 09 e 14 anos, estudantes de 10 escolas públicas de Presidente Prudente, dentre os quais 33,7% afirmaram trabalhar; as informações referem-se à ausência/presença de machucados, ao perfil dos participantes, tipo/local/freqüência do trabalho, tempo livre e freqüência à escola. Buscamos contribuir com o debate acerca dos riscos físicos, sociais, psíquicos e à saúde que o trabalho pode, em algumas situações, acarretar.

Palavras-chave: Trabalho Infantil; Saúde; Crianças e Adolescentes.

ABSTRACT

The research discusses implications for health that the work can lead to working children and adolescents and sought to characterize this insertion in the domestic and informal urban / rural sites. The data presented in this paper is based on a research carried out with 702 children and adolescents, aging 09 to 14 years, students from 10 public schools in Presidente Prudente, among them, 33,7% of them said they were involved in work. Here we present the data regarding the absence / presence of injuries, the profile of participants, type / location / frequency of work, leisure and school attendance. We seek to contribute to the debate about the physical, social, psychological risks and health that the work may, in some contexts, entail.

Keywords: Child Labor; Health; Children and Adolescents.

¹ Dados obtidos através da pesquisa “Dimensões do trabalho infantil no município de Presidente Prudente”, coordenada pela Prof^a Dr^a Renata Maria Coimbra Libório, durante 2007/2009; a pesquisa recebeu financiamento do CNPq, processo nº400609/2007 e seu relatório já foi aprovado.

² Aline Madia Mantovani; professora, mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação/Mestrado da FCT - UNESP, Campus de Presidente Prudente. E-mail: alinemadia@hotmail.com.

³ Renata Maria Coimbra Libório; professora doutora do Departamento de Educação e do Programa de Pós Graduação em Educação Mestrado/Doutorado da FCT – UNESP – Campus de Presidente Prudente. E-mail: liborio@fct.unesp.br.

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

INTRODUÇÃO

O trabalho infanto-juvenil é um fenômeno que vem ocorrendo desde a colonização em nosso país e em todo o mundo.

No Brasil, a trajetória do trabalho é marcada por um longo período de exploração e dominação humana de uns sobre os outros (MARIUCI, 2006) e não é de hoje que desde o nascimento o homem é um ser trabalhador, que está envolvido em uma ampla rede de fatores que determinam suas atividades. Dentre estes fatores destacam-se: a estrutura capitalista posta, o fortalecimento do ciclo de pobreza que envolve algumas famílias, as políticas públicas vigentes que não atendem ou atendem mal principalmente as famílias mais pobres, a violência das ruas, a deficiência do sistema escolar (SILVEIRA; ROBAZZI, 2006), os elevados níveis de desemprego dos pais e a falta de políticas que dêem conta da população infanto-juvenil. Estes fatores também fortalecem ou criam a necessidade do trabalho precoce, entendido como

um fenômeno social importante pelas características de que foi revestido: envolver crianças, a maioria pobre, sem oportunidades efetivas de crescimento e desenvolvimento, não raro (mas longe de ser exclusivo) em áreas/regiões com estagnação econômica importante, fatores potencializados pela inatividade do poder público e baixa sensibilidade social, tornando-as - junto com suas famílias - indivíduos submetidos a um estado de vulnerabilidade inaceitável para os padrões de uma sociedade que se deseja próspera e democrática. (FERREIRA, 2001, p.214)

Para Kassouf (2007), os primeiros relatos do trabalho infantil ocorreram na época da escravidão, quando os filhos de escravos tinham de acompanhar seus pais nas mais diversas tarefas e exerciam atividades que exigiam altos níveis de esforços, o que estava superior as suas possibilidades físicas.

Apesar dos esforços que foram e estão sendo realizados, ainda hoje, segundo Olave (2004), existem no Brasil 5,4 milhões de crianças e adolescentes entre 05 e 17

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

anos trabalhando. Para Feitosa et. al. (2001) estes dados chegavam a 16.997.277 de trabalhadores entre 10 e 14 anos de idade, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1998. Em âmbito mundial, fala-se em aproximadamente 246 milhões de trabalhadores precoces, conforme dados de Silveira; Robazzi (2006). Ou seja, são crianças e adolescentes de todo o mundo que trabalham fora dos limites de idade permitidos pela legislação e em atividades que podem trazer graves conseqüências a médio e/ou a longo prazo a sua saúde e seu desenvolvimento integral.

Para alguns autores estes números têm apresentado queda, enquanto, para outros, crescente aumento, o que pode causar espanto, dados os inúmeros decretos, leis, organismos nacionais e internacionais e normas que proíbem o trabalho infantil, como relatados por Ferreira (2001) e Cosendey (2002) - Decreto-Lei 1313, Decreto-Lei 16.300, Decreto 17.943-A, Decreto-Lei 220.242, Lei 10.097, Lei 5274, Emenda Constitucional nº 20; OIT (Organização Internacional do Trabalho), ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Constituições Federal de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988; Conselhos de direitos municipais, estaduais e nacional e os Conselhos Tutelares; UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), ONU (Organização das Nações Unidas) e Fundação Abrinq pelos direitos da criança - e/ou podem comprovar que a questão do trabalho infantil é de extrema complexidade, magnitude e crueldade (BRASIL, 2005), dada a maneira como algumas dessas formas de trabalho ocorrem.

Também foram lançados alguns dados do IBGE (2000 *apud* ALVES-MAZZOTTI, 2002, p.88) que mostram o percentual significativo de jovens que trabalham e estudam - “10,8% na faixa de 10 a 14 anos e 22,6% na de 15 a 17 anos” e aqueles que trabalham e não estudam, 1.081.579, segundo Olave (2004). Dados oficiais também registram no Brasil, em 1997, 4.314 benefícios concedidos em decorrência de acidentes de trabalho para menores de 18 anos e 218 óbitos por acidente de trabalho nessa faixa de idade (BRASIL, 2005).

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Ainda do ponto de vista histórico, crianças e adolescentes estavam inseridos tanto em atividades domésticas – nas casas de senhores de escravos, de barões de café e/ou de familiares do sujeito - como nas ruas na categoria informal urbano e rural, em povoados, tribos, pequenas e grandes cidades, expostos aos mais diferentes tipos de riscos a sua saúde.

Dentro destes dois campos distintos (doméstico e informal urbano e rural) e, ao mesmo tempo interligados, volta-se para a importância de analisar seus efeitos (físicos, emocionais, psíquicos, sociais, escolares, etc) sobre o sujeito trabalhador também de acordo com os significados que ele próprio atribui às atividades realizadas cotidianamente, que podem levantar dados contrários e/ou não condizentes com a teoria posta que não leva em conta a própria criança/adolescente trabalhador.

Podem ser citadas como exemplo algumas pesquisas que valorizaram a opinião dos sujeitos trabalhadores (ALVES-MAZZOTTI, 1998; MANTOVANI, 2008; LIBÓRIO, 2009) e de seus pais, empregadores e comunidade sobre o trabalho desenvolvido, mostrando a permanência do trabalho como um atrativo para crianças e adolescentes, seja para complementação da renda da família, para processos de socialização e educação, seja pela valorização que ele recebe por parte dos pais (o que pode comprometer a denúncia e o enfrentamento de atividades de cunho exploratório), a busca de independência financeira, etc.

Assim, o “trabalho infantil” está sendo entendido nesse artigo como todo e qualquer trabalho que se executa em idades abaixo da idade mínima prevista em lei (16 anos para trabalho comum, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)1990), especialmente quando esta inserção inviabiliza ou prejudica a escolaridade, a saúde e a integridade física, psíquica e moral das crianças e adolescentes trabalhadores, configurado-se, por isso, como uma situação violadora de direitos fundamentais previstos pelo ECA (LIBÓRIO, 2009).

Considerando-se esse caráter de violação de direitos e de exposição a situações que podem prejudicar o desenvolvimento físico, social e psíquico das crianças e adolescentes trabalhadores, alguns autores e organismos nacionais e internacionais, como

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Alberto (2005), Blagbrough (2008), Cosendey (2002), Campos e Alverga (2001), Campos e Francischini (2003), Ferreira (2001), Forastieri (1997), Jacquemin (2004), Kassouf (2005), Machel (1996) e Traczynki (2000), assumem, a partir de pesquisas que realizaram, que o trabalho infantil é um fator de risco⁴ ao desenvolvimento e não algo “natural”, que crianças e adolescentes praticam “espontaneamente”, concordando com a eliminação de toda e qualquer forma de trabalho infantil, conforme orientações da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Por outro lado, Alves-Mazzotti (1998, 2002), Alves-Mazzotti e Migliari (2004), Botelho et. al. (2008) e Libório (2009), e em outros países, Hugerland et. al. (2007), Invernizzi e Tome (2007), Leonard (2004), Libório e Ungar (2010), Liebel (2003) e Woodhead (1999, 2004), atualmente vêm questionando se toda e qualquer forma de trabalho infantil necessariamente conduz a conseqüências negativas. Tais autores discutem a possibilidade do trabalho infantil ser, em algumas condições, fator positivo, que pode contribuir no sentido de desenvolver socialização, autonomia, responsabilidade, independência, identidade, criatividade e ser local de proteção dos riscos da rua.

Não estamos aqui nos posicionando a favor do trabalho infantil, mas considera-se pertinente questionar o caráter universalista e generalista que adquirem algumas discussões sobre seu impacto no desenvolvimento infantil, dando ênfase, assim, ao tipo e local de trabalho, sua frequência, contexto em que ocorre, opção pelo trabalho, formas de pagamento e como lidam com ele, bem como tempo livre e frequência à escola, através das respostas emitidas pelos sujeitos trabalhadores.

⁴ Para mais informações sobre “fatores de risco” e “fatores de proteção/fator positivo” ver Dell’aglio; Koller e Yunes (Org), 2006.

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

MÉTODO

As informações aqui apresentadas foram obtidas através de uma pesquisa realizada em Presidente Prudente/SP no período de 2007/2009, que contou com a participação de 702 sujeitos, estudantes de 10 escolas públicas (05 municipais e 05 estaduais), matriculados de 4ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e com idades entre 09 e 14 anos.

O objetivo central deste estudo era caracterizar a inserção de crianças e adolescentes em situações de trabalho, nas modalidades “doméstico” (em seus lares e/ou no de terceiros) e “informal urbano e rural”, em vários contextos do município, de forma a conhecer a realidade para o direcionamento de políticas públicas mais eficazes no seu enfrentamento.

Presidente Prudente faz parte de uma região do país em que a pobreza atinge a maior parte da população; internamente, o município ainda apresenta inúmeras dificuldades, dentre elas o desemprego e a violência, o que sobrecarrega órgãos de assistência social e à saúde por inúmeros e urgentes atendimentos e contribui para o fortalecimento de condições estruturais que podem encaminhar crianças e adolescentes em idade escolar para situações de trabalho (LIBÓRIO, 2009).

A partir destes dados e com o objetivo de caracterizar esta situação de trabalho precoce no município foram selecionadas as escolas e as crianças e adolescentes que fariam parte deste estudo.

Escolas e sujeitos participantes

A partir de procedimentos estatísticos (amostragem intencional, por conveniência e aleatória) foi feito o levantamento que seria utilizado para a escolha das

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

escolas. Estas deveriam atender aos seguintes critérios: estar localizada em bairros de exclusão social e/ou com o maior índice de encaminhamentos referentes a queixas sobre situação de trabalho infantil e pouca oferta de recursos e projetos sociais e/ou localizada em outros bairros, mas que recebia população moradora em bairros com tais características.

Foram selecionadas 05 escolas públicas municipais e 05 escolas públicas estaduais para participarem deste estudo.

O número total de participantes da pesquisa foi 702 crianças e adolescentes dessas escolas, selecionada(o)s por uma amostra representativa (em razão de estarem estudando nas escolas selecionadas e por não haver condições de fazer esta pesquisa com todos os estudantes de todas as 10 escolas). Os critérios de seleção foram: ter condições de responder ao questionário proposto, consentir em participar da pesquisa e estar na faixa etária de 09 a 14 anos, por ser o limite estabelecido pelo ECA para o exercício do trabalho.

Instrumento

Junto aos participantes foi aplicado um questionário com 61 questões de múltipla escolha e questões abertas, que possibilitaram a sua caracterização e a descrição das atividades por eles realizadas, como por exemplo: idade, sexo, etnia, composição familiar, trabalho doméstico (lavar louça, arrumar/ varrer a casa, cozinhar, lavar/passar roupa, cuidar de irmãos), atividades informais (arrumar móveis, vender objetos, engraxar sapatos, entregar folhetos, cuidar de crianças/casas, plantar/colher na lavoura, etc), presença/tipo de machucados e o local machucado (cortes/ferimentos/arranhões na perna/braço/cabeça), frequência da atividade (todos os dias, de vez em quando, quando eu quero), opção pelo trabalho, formas de pagamento e o que fazer com ele, tempo livre e atividades realizadas, expectativas/frequência à escola e projetos de vida futuro.

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Durante todo o tempo de aplicação dos questionários os participantes contavam com a ajuda e orientação dos alunos estagiários, supervisionados pela professora responsável pela pesquisa.

Os dados foram analisados através do programa SPSS versão 14.0 e o relatório foi finalizado em 2009 (LIBÓRIO, 2009), sendo encaminhado ao CNPq e a órgãos municipais que se preocupam com a defesa dos direitos das crianças e adolescentes⁵.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise dos dados referentes às implicações sobre a saúde da criança e adolescente trabalhadores, inicia-se a discussão apresentando o perfil dos participantes, o tipo e local de trabalho e a frequência. A seguir, são apresentados os dados das modalidades ‘doméstico’ e, em seguida, da modalidade ‘informal urbano e rural’. Por fim, tem-se alguns dados referentes ao cotidiano das crianças e adolescentes, como atividades de lazer e frequência à escola.

Dos 702 participantes da amostra geral, com relação ao seu perfil, tem-se: meninas (51,6%) e meninos (47,7%), em sua maioria com idades entre 10 e 14 anos (com 08 casos de 09 anos e outros 07 casos até os 21 anos), afro-descendentes (47,7%) e brancos (37%), dentre outros. A maioria reside em Presidente Prudente há mais de 10 anos e moram com sua mãe (92,2%), irmãos (81,5%), pai (66%), avó (14,2%), padrasto (10,7%), tios (10%), avô (8%), outras pessoas (3,4%), madrasta (1,4%), pais adotivos e em instituição (0,1%).

No Brasil, os estudos de Feitosa et. al. (2001) mostram as situações de trabalho em que a mão-de-obra precoce está submetida a sérios riscos à saúde e ao

⁵ Como a Secretaria da Assistência Social (SAS), que coordena a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e utilizou os dados desta pesquisa para a elaboração do “Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil”, em junho/2010 no município de Presidente Prudente.

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

desenvolvimento físico, de acordo com cada região do país, especialmente quando o trabalho ocorre em olarias, pedreiras, canaviais, tecelagens, casas de farinha, dentre outros. Nesta pesquisa as crianças e adolescentes trabalhadores não estavam inseridos em atividades como estas, que a Convenção nº 182 da OIT considera dentre “as piores formas de trabalho infantil” por serem atividades tidas como “insalubres e perigosas”; ela(e)s mencionaram realizar seu trabalho em suas casas e/ou na de terceiros (84,9%), ajudar seus pais no serviço deles (24,9%), trabalhar na rua vendendo, carregando ou recolhendo produtos (1%) e em outros lugares (17,9%), como lojas, lanches, mercados ou sítios de algum parente ou vizinho.

Como ponto de partida ressalta-se o seguinte: do total dos participantes (702), 33,7% assinalaram a alternativa “Sim” e “Às vezes”, frente à pergunta do questionário: “Você trabalha”. Entretanto, ao ser perguntado “Você ajuda em casa” um número muito maior dos 702 participantes assinalou “Sim”. Devido a isso, a apresentação dos dados da modalidade “trabalho doméstico”⁶ incluirá um número maior de participantes (84%) quando comparada à porcentagem dos que trabalham em espaços informais urbanos e rurais (33,7%).

Para análise da presença/ausência de acidentes ou machucados decorrentes do trabalho, objetivo deste artigo, separou-se os dados por modalidade e caracterizou-se a inserção em cada uma delas, ou seja, primeiro a análise dos riscos sobre a saúde do trabalhador provocados pelas “atividades domésticas” realizadas e, depois, aqueles oriundos de “atividades informais urbanas e rurais”.

Com relação aos 84,9% dos participantes que afirmaram “ajudar em casa”, essa ajuda ia desde as tarefas de socialização (arrumação da própria cama e do quarto diariamente e esporadicamente auxiliar outro membro familiar durante a faxina ou outra atividade no próprio lar) até casos em que as crianças e/ou adolescentes, sozinhos, eram responsáveis integralmente por várias tarefas domésticas (cozinhar, arrumar a casa, cuidar de

⁶ Trabalho Infantil Doméstico (TID), segundo Alberto (2005) apud Libório (2009, p. 143) são os “afazeres domésticos de cuidar de casas, pessoas ou animais (domésticos) executados para as próprias famílias ou para terceiros” podendo envolver ou não pagamentos de qualquer natureza.

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

irmãos, etc) diariamente e por mais de um período, por exemplo, de manhã e à noite (LIBÓRIO, 2009).

Ressalta-se que para muitos desses participantes trabalhadores em atividades domésticas todos os dias em suas casas esse tipo de atividade não era considerado ‘trabalho’, principalmente quando se percebe que a maioria (46,6%) deles afirma não ganhar dinheiro para realizar essa tarefa, contra 34,5% que ganha às vezes e 17,9% que não ganham, e por dizerem que gostavam de realizar essas atividades (48,4%), seguidos de 30,9% que gostam de realizá-las às vezes e 19,4% que assumiram não gostar do trabalho doméstico.

A idade e o tempo em que realizam essas atividades também devem ser considerados, dada à invisibilidade do trabalho infantil doméstico e sua naturalização em algumas culturas (NOBRE, 2003; CUSTÓDIO, 2006; ALBERTO et. al., 2009; LIBÓRIO, 2009): o período de maior concentração para o início nas atividades domésticas encontra-se entre 09 e 11 anos (48,6%), seguidos daqueles que iniciaram entre 05 e 08 anos (27%), entre 12 e 15 anos (11%) e entre 03 e 04 anos (1,3%); e um número significativo dos respondentes afirmou que realiza essas atividades há mais de 03 anos (35,2%), outros há 02 anos (18,9%), menos de 01 ano e 01 ano (12,5%), há mais de 02 anos (10,7%).

Quanto à decisão pela realização das atividades domésticas, as “mães” aparecem em 60% dos casos e os próprios sujeitos (“eu”) em 44,3%. Ressalta-se que eles também assinalaram que outras pessoas contribuíram nestas decisões pelo início em atividades domésticas (pai, avó e avô, tios e tias, irmãos e irmãs, padrasto e madrasta) e que estas tarefas não eram consideradas “obrigação” (pelo menos para 49,4% dos respondentes) - o que se pode constatar que, mesmo sendo a “mãe” que tenha decidido, em sua maioria, pelo trabalho do participante, muitos deles não se sentiam “obrigados” a realizá-lo, deixando transparecer sentimentos de aprendizagem, solidariedade para com os demais familiares e responsabilidade pela realização das tarefas de casa.

Por outro lado, se pode ver que as meninas (61,7%) são ainda mais obrigadas a realizar os serviços de casa do que os meninos (38,3%) e, mesmo reconhecendo

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

que para uma porcentagem significativa dos participantes (45,7%) não acontece nada quando deixam de fazer o trabalho de casa, para um número maior deles (57,8%) ocorre algum tipo de reprimenda, tais como brigas, castigos, xingamentos, agressão física e impedimento de brincar, caso o trabalho doméstico não seja realizado.

Quanto à existência/ausência de machucados e as partes do corpo machucadas durante a realização do trabalho doméstico, 51,9% afirmaram nunca ter se machucado em atividades domésticas e 39% já se machucaram.

Dentre os machucados sofridos e as partes do corpo machucadas encontramos: corte no dedo (30,8%); queimaduras (18,5%); arranhões (13,8%); dor nas costas (13,7%); batida nas costas (10,3%); ferimento na mão (7,1%); ferimento na perna (4,4%); ferimento no braço (4%); batida/corte na cabeça (3%); queda de uma escada (2,6%); outros problemas de saúde (2,6%); quebrar o braço ou perna (1,1%) e problemas de pele (micose, alergias) (1,1%).

Por estes dados vê-se que a saúde das crianças e adolescentes que trabalham pode ser afetada pelo trabalho precoce, mesmo que este seja realizado em sua casa, e, inclusive, pode deixar seqüelas a médio e longo prazo, quando consideramos, por exemplo, a dor nas costas e cortes (NICOLLELA, 2006; LIBÓRIO, 2009).

Para a análise do trabalho infantil na categoria “informal urbano e rural” foi perguntado às crianças e adolescentes participantes se eles trabalhavam (a pergunta era: “você trabalha?”).

Dentre os 702 participantes, 66,3% assinalaram a alternativa “não” frente a essa questão e 33,7% assinalaram que trabalham (sendo que 20,5% assinalou “sim” e 13,2% assinalou que trabalha “às vezes”).

Os dados a seguir baseiam-se nas respostas emitidas por todos os participantes (702), não apenas por aqueles que declararam trabalhar (33,7%) na questão citada acima, pelo fato de que houve variações de respostas daqueles que, embora tenham assinalado “não” frente à questão “Você trabalha”, assinalaram em outras questões,

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

alternativas referentes à caracterização do trabalho que desenvolvem. Tem-se como hipótese que algumas crianças e adolescentes não concebiam as atividades que realizavam, sejam as domésticas ou as informais, como “trabalho”, embora quando se deparavam com as alternativas propostas no questionário em questões que caracterizavam o contexto de trabalho, elas acabavam assinalando-as, gerando dados que, a princípio, parecem contraditórios⁷.

Em relação ao tipo de trabalho que realizam, 24,9% informaram que ajudam os pais no serviço deles; 17,9% trabalham em outros lugares e 1% trabalha na rua. Nestes “outros lugares”, destacou-se o trabalho em casa, na casa dos avós, de babá (participantes que percebiam as atividades domésticas que realizam como “trabalho”), em oficina mecânica, camelódromo, borracharia, cantina, mercado, lanchonete, feira, dentre outros.

Quanto à frequência das atividades, percebe-se que, em sua maioria, as crianças e adolescentes trabalham “de vez em quando”, “à tarde” (12,5%), em locais como casa de famílias como babá/doméstica, oficina mecânica, bar ou restaurante, etc. “Todos os dias”, nos períodos da “manhã” e da “tarde” (11,3%), as atividades são em casa de famílias como babá/doméstica, escritórios ou empresas, roça ou fazenda, etc e “quando quer” os números voltam para os períodos matutino e vespertino (5,5%), destacando-se casas de famílias como doméstica, fazenda ou roça e cidade (na construção de casas e prédios e oficinas mecânicas).

O período “noturno” foi assinalado por 9,1% dos participantes como momento de realização de atividades informais, em todos os tipos de frequência dados - ‘todos os dias’, ‘de vez em quando’ e ‘quando quer’.

Quando questionadas sobre os motivos pelos quais executam algum tipo de trabalho, os itens ‘porque eu gosto’, ‘para eu aprender a fazer o serviço de casa’ e ‘porque eu

⁷ Durante a realização das análises da pesquisa original (LIBÓRIO, 2009), percebeu-se que durante a aplicação do questionário deveria ser reforçada aos participantes a informação de que, caso tivessem assinalado “não” à pergunta “Você trabalha”, deveriam deixar em branco as demais alternativas que questionavam o contexto em que o trabalho se desenrolava. Esse esclarecimento ocorria somente no início da aplicação dos questionários, mas deveria ter sido retomada com mais ênfase durante o período do seu preenchimento.

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

quero’ se destacaram, alcançando 26,9%, 21,5% e 18,1%, respectivamente, e ‘porque sou obrigado’ apareceu em 4% das respostas.

Diferentemente do trabalho doméstico em que as “mães” eram quem mais decidiam sobre a realização da tarefa, no trabalho informal essa decisão coube aos participantes em sua maioria (32,8%) e as mães decidiram em 27,2% dos casos, o que pode justificar os itens citados acima quanto aos “motivos” da inserção no trabalho informal serem, em sua maioria, “porque eu gosto”/“porque eu quero”/“para aprender a fazer”.

As conseqüências caso não trabalhem, para a maioria dos participantes (36,0%), foram ‘não acontece nada’, e brigas, não deixar brincar, castigos, apanham e xingamentos alcançaram níveis mais baixos (12,7%, 6%, 5,8%, 5,1% e 2,8%, respectivamente).

Entretanto, verificou-se que, considerando as crianças e adolescentes que disseram “trabalhar” em seus questionários e as “conseqüências/reprimendas que sofrem por não trabalharem”, aquelas/aqueles que trabalham sofrem mais castigos, xingamentos, punições, brigas por não trabalharem que aquelas que afirmaram “não trabalho”; ou seja, as crianças e adolescentes trabalhadores são as/os que mais sofrem algum tipo de violência física, psicológica, emocional, são deixada(o)s de castigo e impedida(o)s de brincar se não realizam as atividades que lhes foram determinadas, quando comparada(o)s com os sujeitos que não trabalham.

Com relação a formas de pagamento, verificou-se que 20,7% dos participantes assinalaram receber pagamento às vezes; 19,8% não recebem e 16,4% recebem sempre pelo trabalho realizado. Quando se analisa as informações referentes ao que às crianças fazem com a quantia que recebem pelo trabalho, percebe-se que expressam algum tipo de autonomia na forma de usá-lo, pois, a maioria (45,7%) diz ficar com o dinheiro, gastar ou guardar para si e um número menor (7,3%) afirma dar seu dinheiro ou parte dele para sua família e/ou outra pessoa.

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Quanto à presença/ausência de machucados e partes do corpo machucadas durante a realização do “trabalho informal urbano e rural”, 31,2% nunca se machucaram e 19,9% já se machucaram, reforçando as pesquisas que mostram que a saúde dos sujeitos trabalhadores é afetada pelo exercício do trabalho, tanto doméstico como informal.

Dentre estes machucados, tem-se 14,2% cortaram o dedo; 8,1% com arranhões; 7,8% se queimaram; 5,8% com dor nas costas; 5% bateram as costas; 4,4% com ferimentos na mão; 3,1% feriram a perna; 2,8% feriram o braço; 2,7% ficaram gripados; 2,3% bateram ou cortaram a cabeça; 1,6% caíram de uma escada; 0,6% apanharam do patrão; 0,4% com problemas de pele; 0,3% ficaram doentes por causa do veneno da lavoura e 0,1% tiveram outro problema de saúde.

Também foram obtidos dados relativos ao cotidiano dos participantes que nos ajudam a pensar sobre sua saúde e a influência do trabalho: tempo livre e atividades realizadas e frequência/ausência à escola.

Afirmaram ter tempo livre (na amostra total) 77,6% dos participantes, enquanto 15,8% têm às vezes e 4,1% não têm. Das crianças que dizem ter tempo livre, 64,6% afirmaram não trabalhar e 35,4% trabalham (percebe-se, assim, que crianças e adolescentes trabalhadora(e)s têm menos tempo livre que aquela(e)s que não trabalham). Nas atividades realizadas nesse tempo de lazer destacam-se: assistir televisão, ficar com amigos, ouvir música, brincar, descansar, fazer a lição da escola, passear, jogar videogame e futebol, namorar e fazer outra coisa.

Quanto à frequência à escola, a maioria das crianças e adolescentes (85,3%) afirma ir à escola “todos os dias”, enquanto 12,4% afirmam não ir. Os motivos que os levam a faltar são variados: por motivo de doença (70,8%), devido à chuva (41,7%), por estar cansado (20,7%), por outro motivo (9,5%), por ter outras tarefas para fazer (8,1%) ou porque não gosta da escola (5,4%).

Ao comparar as crianças e adolescentes trabalhadores com as/os que não trabalham, verificou-se que um número mais significativo de crianças e adolescentes

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

trabalhadores afirma faltar à escola e, dentre ela(e)s, os principais motivos da ausência escolar são: ter outras tarefas para fazer (33,3%), cansaço (33,1%) e doença (32,7%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se neste estudo que é significativo o número de crianças e adolescentes inserida(o)s em situação de trabalho, tanto doméstico como informal, com idades inferiores à 14 anos, apesar de toda a legislação vigente. Mesmo que alguns participantes ainda confundam estes dois tipos de atividades com ‘ajuda’, justifiquem sua inserção precoce em trabalho com frases do tipo ‘para aprender a fazer o serviço de casa’ e ‘porque eu quero/gosto’ e não vejam estas atividades como “obrigação”, demonstra-se que aspectos valorativos e culturais presentes em seus contextos contribuem para que entendam tais atividades, principalmente as domésticas, como responsabilidade da criança/adolescente e como parte de seu processo de socialização.

As “mães” são quem mais decidem pela inserção dos participantes desta pesquisa em tarefas domésticas, o que no setor informal urbano e rural vem marcado principalmente pela decisão dos próprios sujeitos. Porém, em ambas as modalidades as crianças e adolescentes afirmaram se machucar, denotando-se que, tanto em tarefas decididas por eles ou por suas mães, sua saúde pode ser afetada a médio e/ou a longo prazo, principalmente se consideradas dores nas costas, cortes profundos ou batidas mais graves, por exemplo.

A forma de pagamento pelo trabalho doméstico e/ou informal realizado é feita com dinheiro e às vezes, em sua maioria, e os sujeitos têm autonomia na maneira como o utilizam, guardando para si, comprando objetos pessoais ou entregando para sua família ou outra pessoa. Porém, nas duas modalidades esse pagamento não é referente ao que a criança e

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

adolescente trabalham quanto às atividades realizadas e sua a frequência, podendo também ocorrer na forma de créditos no celular, passeios no final de semana, etc.

Castigos, apanhar, xingamentos e reprimendas caso o trabalho não seja feito se destacam entre as crianças e adolescentes que diziam trabalhar em setor informal. No trabalho doméstico esse fato ocorria, porém, em menor grau, e as meninas eram mais castigadas/repreendidas que os meninos caso o trabalho não fosse feito.

O tempo livre e a frequência à escola foram dados que se destacaram entre os sujeitos que diziam não trabalhar, embora índices significativos também compareceram entre os que diziam que trabalham.

Assim, busca-se com as reflexões do presente trabalho problematizar que leis, decretos e organizações, sozinhos, não são suficientes para dar conta das inúmeras situações de trabalho precoce que hoje estão postas no Brasil e no mundo e contribuir para que surjam mais pesquisas que privilegiem as próprias crianças e adolescentes trabalhadores, o contexto em que o trabalho ocorre, os sentidos e significados que acarreta a quem o exerce, opiniões e informações de familiares, empregadores, colegas, vizinhos, etc.

Também acredita-se que propostas intersetoriais, principalmente com órgãos voltados para saúde pública, encontros com famílias, devem ser analisadas, pois, como observado neste estudo, o trabalho exercido desde a infância e adolescência pode trazer conseqüências físicas, sociais, emocionais, escolares e à saúde a médio e/ou a longo prazo ao sujeito e esta inserção pode estar atrelada ao valor transmitido por sua família, comunidade, vizinhos, que o impede de verificar que, em algumas situações freqüentes, precárias e exploratórias, isso pode ser negativo.

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, M. F. P. O trabalho infantil doméstico em João Pessoa – PB: um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil. João Pessoa: OIT, 2005.

ALBERTO, M.F.P. et. al. Trabalho infantil doméstico: perfil bio-sócio-econômico e configuração da atividade no município de João Pessoa, PB. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v.12, n.1, jun. 2009. Disponível em www.scielo.com.br, acesso em set/out 2010.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Trabalho infanto-juvenil: representações de meninos trabalhadores, seus pais, professores e empregadores. In: Moreira, A. S. P.; Oliveira, R. (Org.) Estudos Interdisciplinares em Representações Sociais. 1 ed. Goiânia: AB Editores, 1998, v. 1, p. 285–302.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil. Revista Brasileira de Educação (ANPED), v.19, 2002, p. 87-98.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; MIGLIARI, M. de F. B. M. Representações sociais do trabalho infantil: encontros e desencontros entre agentes educativos. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v.13, n. 23, jan./jun. 2004, p.149-166.

BLAGBROUGH, J. Child domestic labour: a modern form of slavery. Children and Society, v. 22, 2008, p. 179-190.

BOTELHO, A. P. et. al. Meninos de rua: Desafiliados em busca de saúde mental. Psicologia em Estudo, Maringá, v.13, n. 2, p. 361-370, 2008. Disponível em www.google.com, acesso em agosto de 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Trabalho infantil: diretrizes para atenção integral à saúde de crianças e adolescentes economicamente ativos / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005, 76p.

CAMPOS, H. R., ALVERGA, A. R. de. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. Estudos de Psicologia: UFRN, Natal, v.6,

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

n.2, 2001, p. 227-233. Revista eletrônica disponível em www.scielo.com, acesso em jan/fev 2008.

CAMPOS, H. R.; FRANCISCHINI, R. Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. 1, 2003, p.119-129. Disponível em www.google.com, acesso em agosto de 2010.

COSENDEY, E. M.V.M. O trabalho infanto-juvenil: características e malefícios. In: MARQUES, M. E.; NEVES, M. A.; NETO, A.C. (Org.) *Trabalho infantil: a infância roubada*. Belo Horizonte, MG: Editora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2002.

CUSTODIO, A. V. A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil contemporâneo: limites e perspectivas para sua erradicação. 2006. 284 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DEGASPARI, S. D.; VANALLI, T. R.; MOREIRA, M. R. G. (Org.) *Apostila de normalização documentária: com base nas normas da ABNT, 2006. Última atualização em 2008*. Disponível em www.prudente.unesp.br, acesso em jul/ago de 2010.

DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H.; YUNES, M. A. M. (Org.) *Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Secretaria da Criança, Família e Bem-estar social. Imprensa Oficial, São Paulo, 1997.

FEITOSA, I. C. do N. et. al. O trabalho precoce e as políticas de saúde do trabalhador em Natal. *Estudos de Psicologia: UFRN*, Natal, v. 6, n.2, 2001, p. 259-268. Disponível em www.scielo.com, acesso em jan/fev 2008.

FERREIRA, M. A. F. Trabalho infantil e produção acadêmica nos anos 90: tópicos para reflexão. *Estudos de Psicologia: UFRN*, Natal, v.6, n.2, 2001, p. 213-225. Disponível em www.scielo.com, acesso em jan/fev 2008.

FORASTIERI, V. *Children at work: Health and safety risks*. Geneva: International Labour Office, 1997.

HUGERLAND, B. et. al. Paths to participatory autonomy: the meanings of work for children in Germany. *Childhood*, v. 4, n. 2, 2007, p. 257-277.

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

INVERNIZZI, A.; TOMÉ, S. O. O trabalho dos adolescentes no Algarve: um estudo sobre as suas motivações, organização familiar e práticas de socialização. *Análise Social*, v. XLII, n. 184, 2007, p. 875-898.

JACQUEMIN, M.Y. Children`s domestic work in Abidjan, Cote D`Ivoire: the petites bonnes have the floor. *Childhood*, 11 (3), 2004, p. 383-397.

KASSOUF, A. L. A ameaça e o perigo à saúde impostos às crianças e aos jovens em determinados trabalhos. In: CORRÊA, L. B.; VIDOTTI, T.J (Org.). *Trabalho infantil e direitos humanos – homenagem a Oris de Oliveira*. São Paulo: LTr, 2005, p.121-145.

KASSOUF, A. L.. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? *Revista Nova Economia*: Belo Horizonte, mai/ago 2007.

LEONARD, M. Children`s view on children`s rights to work: reflections from Belfast. *Childhood*, 11(1), 2004, p. 45-61.

LIBÓRIO, R. M. C. Crianças e Adolescentes em situação de risco: dimensões do trabalho infantil nos municípios de Presidente Prudente, Belo Horizonte e Porto Alegre. Relatório de pesquisa não publicado (enviado ao CNPq), 2009, 248 p.

LIBÓRIO, R. M. C; UNGAR, M. Children`s Labour as a Risky Pathways to Resilience: Children`s Growth in Contexts of Poor Resources. *Psicologia: Reflexão e Crítica*: Porto Alegre, v. 23, n. 2, 2010, p.232-242. Disponível em www.scielo.com acesso em jul/agosto de 2010.

LIEBEL, M. Working children as social subjects – the contribution of working children`s organizations to school transformations. *Childhood*, v. 10, 2003, p.265-285.

MACHEL, G. Promotion and protection of the rights of children: Impact of armed conflict on children. New York: United Nations Department for Policy Coordination and Sustainable Development, 1996.

MANTOVANI, A. M. Dimensões do trabalho infantil informal urbano no município de Presidente Prudente. 2008, 63p. Relatório de Pesquisa não publicado (enviado ao CNPq).

MARIUCI, F. Trabalho infantil – o pior tipo de exploração. Disponível em <http://pt.shvoong.com/humanities/388876-trabalho-infantil-pior-tipoexplora%c3%a7c3%a3o/>, acesso em maio de 2009.

Estudos do Trabalho

Ano IV – Número 7 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

NICOLELLA, A. C. Um olhar econômico sobre a saúde e o trabalho infantil no Brasil. 2006. 167 f. Tese (Doutorado em Ciências – ESALQ/USP) Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NOBRE, L. C. da C. Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersetorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, n. 4, 2003, p. 963-971. Revista eletrônica disponível em www.scielo.com; acesso em set/out 2010.

OLAVE, M. Crianças trabalhadoras. Adultos desempregados. *Conjuntura*, ed. 26, jan/fev/mar de 2004. Disponível em <http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=121>, acesso em out 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 182, de 1999, Sobre as piores formas de trabalho infantil. Disponível em www.oitbrasil.org.br, acesso em ago/set 2010.

SILVEIRA, R. C. da P.; ROBAZZI, M. L. do C. C. As crianças e os adolescentes trabalhadores acidentados no trabalho e atendidos em unidade básica distrital de saúde em Ribeirão Preto (SP). *Ciência, Cuidado e Saúde: Maringá/PR*, v. 5, n. 2, maio/ago 2006, p. 158-165. Revista eletrônica disponível em www.google.com, acesso em out 2010.

TRACZYNSKI, E. E. The problem of been a poor children in urban Bolivia: all work and no play. Unpublished doctoral dissertation, Simon Fraser University, Canadá, 2000.

WOODHEAD, M. Combating child labor – Listen to what children say. *Childhood*, v.6, 1999, p.27-49.

WOODHEAD, M. Psychosocial impacts of Child Work: a framework for Research, Monitoring and Intervention. *The International Journal of Children`s Rights*, 12, 2004, p.321-377.